OM e GOP para 2022

Acabámos de ouvir a excelente apresentação técnica do orçamento e GOP da Câmara Municipal para 2022 feita pelo vereador Miguel Fonseca, a quem agradeço.

Como foi dito, estes são os documentos de maior relevância na expressão das opções políticas de um Executivo.

Quero começar por agradecer a todos os funcionários envolvidos na elaboração deste complexo Orçamento. Foram pessoal e tecnicamente inexcedíveis. A Câmara de Coimbra está servida de excelente profissionais. Com a próxima reorganização da estrutura camarária, o progresso da digitalização e o ritmo de trabalho que temos vindo a imprimir à organização, tudo irá melhorar. A hercúlea recuperação dos atrasos no urbanismo é um reflexo disso mesmo e trará resultados extremamente positivos para os munícipes e para o investimento.

Recentemente fiz uma reunião alargada e muito profícua com os trabalhadores do sector da cultura, na Casa da Cultura, para conversarmos sobre o presente e o futuro; para minha surpresa, nunca tinha havido uma reunião deste género! A melhoria da Câmara e o desanuviar do ambiente já são evidentes. Iremos continuar neste caminho.

Globalmente, pode dizer-se que este orçamento está em linha de evolução com os anteriores, pelo que, naturalmente, contamos com a sua aprovação tranquila, embora devamos assinalar algumas diferenças na forma, no conteúdo e na estratégia, em linha com a vontade expressa maioritariamente pelos eleitores nas últimas eleições autárquicas. Não me vou alongar em questões estratégicas, já amplamente citadas e analisadas durante o debate na Assembleia Municipal e que estão longamente explanadas na introdução do documento que agora apresentamos e que resumimos numa frase: criar todas as condições para colocar Coimbra como uma das cidades mais competitivas e com mais qualidade de vida do país e do mundo para a atração de pessoas e talentos.

Desde logo, vincamos a diferença na forma de estar. Estamos na Câmara não para fazer política partidária, mas para apostar no mérito, servir o concelho, promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos munícipes. Não fizemos como o PS em 2013, que parou as obras quase todas e expoliou centenas de milhares de euros às freguesias, para recomeçar quase do zero, prejudicando e atrasando gravemente o concelho. Basta lembrar, por exemplo, o Centro Cívico do Planalto de Ingote, uma obra com potencial social transformador e que esteve parada durante oito anos de chumbo. Vamos retomar este projecto.

Ao não expoliarmos as freguesias do orçamento das obras por fazer, não repetindo a decisão indecorosa do PS em 2013, já estamos a beneficiar as freguesias relativamente a esse passado, mas queremos, naturalmente, ir mais longe em próximos orçamentos, depois de recuperarmos os enormes atrasos das suas obras, e aprofundarmos, com

aquelas que assim o desejarem, o processo de descentralização, já em curso com a UFC e a UFSB. Ainda não houve tempo para este passo.

Os nossos curtos três meses de presença na Câmara aconselham naturais cautelas e ponderação nas decisões a tomar. Grande parte do tempo foi utilizado para tomar contacto com as pessoas e os serviços, em múltiplas reuniões internas e externas e a corrigir erros. Somando aos que já têm vindo a ser referidos, acrescento, a título de exemplo, o projeto da Casa da Criança, que visa transformá-la numa extensão do Centro de Saúde de Taveiro.

O projecto tem erros graves, por culpa das imposições do executivo socialista e da recusa de diálogo com a ARS, erros esses que iriam inviabilizar irremediavelmente a sua utilização para fins de Saúde e implicar a perda de financiamento comunitário. Bastará dizer que os arrumos tinham luz e ventilação natural, mas os gabinetes médicos, relegados para o interior, não, nem sequer tinham as medidas regulamentares... Agora que a empreitada estava em condições de ser consignada, vamos ter de rever acelerada e urgentemente o projecto; este é apenas mais um exemplo da indescritível e incompetente gestão socialista dos últimos 8 anos. Ainda bem que Coimbra se libertou desse espartilho.

Se há algo que já se nota, e bem, é a melhoria da democracia e da transparência, com a transmissão das reuniões da Câmara, os vereadores da oposição a poderem participar no debate com uma liberdade que anteriormente não era permitida, a participação livre dos munícipes e o debate inédito na Assembleia Municipal sobre o orçamento e as GOP antes da sua aprovação formal, com uma exaustiva e elucidativa apresentação pelo Director do Departamento Financeiro, que repetiremos todos os anos. Além disso, enviámos estes extensos documentos a todos os senhores vereadores com cinco dias úteis de antecedência sobre esta reunião, ao contrário do passado, em que os mesmos eram enviados apenas com dois dias úteis de antecedência.

Uma fortíssima condicionante do orçamento são as questões financeiras. Só a COVID-19 e a descentralização da Educação retiram-nos 6 milhões de euros de orçamento. Além da Saúde, vai ser imposta este ano a descentralização na área da Ação Social, para nós um enorme desafio, com um pacote financeiro indiscutivelmente subfinanciado, o que vem incrementar ainda mais despesa para a Câmara. É inaceitável a forma como o Governo está a impor uma descentralização sem as devidas contrapartidas financeiras; nesta área, em Coimbra, é ainda pior, pois existe uma estrutura na Segurança Social para fazer face às necessidades existentes e, agora, sem transferência de pessoal, a Câmara vai ser obrigada a criar, duplicando, uma estrutura correspondente. Temos todos o interesse em receber as competências a descentralizar, mas desde que não sejam acompanhadas da transferência paralela do deficit do Orçamento Geral do Estado.

Também convém recordar que o montante da dívida da Câmara em Setembro de 2021 era de 40 milhões de euros e que a margem efectivamente disponível para endividamento é apenas de 17 milhões de euros, pelo que é imperativo continuar a consolidação orçamental, em particular no actual contexto económico financeiro muito

volátil, em que os juros podem começar a subir a todo o momento, obrigando a uma maior aderência dos compromissos à despesa efectiva.

Além disso, as responsabilidades contingentes para 2022, decorrentes de processos judiciais pendentes contra a Câmara de Coimbra, ascendem a um valor de 50 milhões de euros. Neste contexto, não é possível fazer milagres, ainda. Como refere Ana Carolina Sena, "a verdade é que não se consegue nada da noite para o dia". Enfim, vai-se conseguindo alguma coisa, mas os efeitos não são repentinos. O PRR, já com algum reflexo positivo neste orçamento, e o Portugal 2030 são oportunidades para o futuro.

Certamente ninguém espera que cumpramos no primeiro ano de mandato todo o programa da coligação Juntos Somos Coimbra, que apresentámos para um horizonte de 8 anos, assim como estamos certos que quem esteve 8 anos na Câmara não vai agora exigir que façamos de imediato aquilo que eles próprios não concretizaram em dois mandatos sucessivos. Ou será que vão?... Adicionalmente, procurámos incorporar já este ano muitas das propostas que nos foram sendo colocadas, todas elas interessantes e válidas. Por exemplo, reservámos 300000 euros no âmbito da contratação especializada relativa ao património arbóreo.

O que torna este orçamento bem diferente dos anteriores é a definição de uma linha estratégica muito mais ambiciosa no sentido do desenvolvimento sustentável de Coimbra e da dinamização económica, social e cultural de toda a região centro. Não foi por acaso que a primeira cimeira entre a CIM de Coimbra, com a qual estamos a trabalhar numa estratégia metropolitana, e a CIM de Leiria, um importantíssimo passo no diálogo estratégico da região Centro, de enorme significado, só ocorreu depois da eleição da nova equipa da Câmara de Coimbra. Estamos agora mais aptos a lutar contra o excessivo centralismo de Lisboa e a grave bipolarização do país. Todos iremos beneficiar.

Esta postura de abertura e participação permitiu aprofundar o diálogo construtivo com outras instituições, como a Universidade. Era habitual dizer-se que a Universidade e a Cidade estavam de costas voltadas; hoje podemos dizer que caminham de mãos dadas, a trabalhar pela afirmação e desenvolvimento de Coimbra e da região, e os projectos comuns começarão a acontecer.

Iremos agora desenvolver novos projectos, essenciais para a apresentação de novas candidaturas a financiamento, como é o caso do José Falcão, da Eugénio de Castro, da EB1 da Conchada, do Mosteiro de Santa Clara a Nova, da reabertura, para uma utilização ligada a um projecto disruptivo de educação, do icónico edifício dos CTT junto ao mercado municipal, do grande projecto das margens do rio Mondego. O Plano Marshall para a Baixa está em curso. O plano de estudo e abertura do Mikveh judaico está finalmente em marcha. A aceleração, desburocratização, digitalização e a proactividade da Câmara, assim como a operacionalização da via verde para o investimento, irão facilitar o processo de atração de investimento, reindustrialização e criação de emprego. Uma fortíssima aposta no 1º direito e na resolução dos problemas e lacunas da habitação social. Vários projectos inovadores no âmbito do ambiente, como o roadmap

para a economia circular e a aposta numa rede municipal de microreservas. A comemoração dos 100 anos da biblioteca municipal. A aposta nos meios suaves de transporte e o fortíssimo investimento nos transportes públicos. A candidatura a cidade criativa da música. O desenvolvimento do conceito de smart city. A reabilitação total do mercado do Calhabé. A construção da carta desportiva do concelho e a aposta em novas estruturas desportivas e novos eventos culturais. Etc., etc., etc..

Para nós, pelo seu potencial transformador do concelho, a candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027, para a qual duplicámos o orçamento, que terá de ser muito incrementado nos próximos anos, representa o mais importante projeto para o futuro próximo de Coimbra, pelo que temos vindo a realizar várias reuniões com o Grupo de Trabalho, cujos contratos foram renovados, para prepararmos o segundo bid book, absolutamente determinante para a selecção final da cidade vencedora.

Estamos a desenhar um novo futuro para Coimbra.

O orçamento e as GOP, quer da Câmara, quer dos SMTUC, os documentos deste tipo mais dialogados de sempre, são a base deste novo caminho escolhido pelo povo de Coimbra, pelo que, independentemente das inevitáveis críticas políticas, que democraticamente aceitamos e analisaremos cuidadosamente, contamos com a sua aprovação, hoje e na próxima assembleia municipal.

José Manuel Silva